



Produto Educacional
BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS
(Sistema Único de Assistência Social)
Guia Conceitual
Abril/2022



CAROLINA ASSIS CAMBRAIA DINIZ CAMPOS
RÊGO LUCIANO MARCOS CURI

Produto Educacional
BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS
(Sistema Único de Assistência Social)
Guia Conceitual
Abril/2022



SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	3
<u>FICHA DESCRITIVA</u>	5
<u>BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS</u>	4
<u>PARA SABER MAIS</u>	7

APRESENTAÇÃO

A pobreza e vulnerabilidade social não são problemas novos e nem episódicos eventuais. Infelizmente, trata-se de velhos conhecidos da humanidade, que em cada época histórica, receberam tratamentos e abordagens diferenciadas conforme os acontecimentos e também o conjunto das ideias, conceitos e representações prevalecentes que se teve com relação a esses problemas em cada época.

Velhice, orfandade, doenças crônicas, moradores de rua, usuários de drogas, exilados de guerra, pessoas acometidas pela pobreza, entre outros, são costumeiramente abordados nos estudos sobre vulnerabilidade social, que são aquelas pessoas que carecem de auxílio, parcial ou total, para cuidarem de si e manterem suas vidas condignamente.

Esse é um tema difícil e cercado de preconceitos, discriminações e até moralismos. É uma discussão complexa, porém, indiscutivelmente necessária, pois, afinal trata-se da segurança social da vida em sociedade, e de mazelas a que todos nós podemos estar sujeitos, e que, caso isso venha ocorrer, espera-se que a sociedade tenha uma forma digna e humana de lidar com as pessoas que já contribuíram com a sociedade, mas agora não podem fazer mais e necessitam de auxílio.

Desde a Constituição Cidadã de 1988, no Brasil, um novo cenário despontou-se no horizonte, quando a Assistência Social, para vulneráveis e outros que dela vierem a necessitar, foi incluída como direito e deixou de ser um beneplácito de alguns governos, empresas ou pessoas caridosas. A partir daí vagarosamente, e não sem resistência, o País começou, por um lado, a enfrentar sua dívida histórica-social com inúmeros excluídos do presente que ainda sentem os impactos do passado e, por outro lado, também a lidar com a brutal desigualdade social existente no Brasil. A criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, foi uma consequência deste processo.

Mas, como política pública estruturada e operacionalizada pelo Estado, o SUAS ainda é recente e precisa fortalecer-se para que seus frutos sejam colhidos e seu impacto potencializado. Daí, desde muito cedo constatou-se que os trabalhadores desta política pública necessitariam serem qualificados e formados para nela atuarem, basicamente, por dois motivos. Primeiro, pela juventude desta política pública e segundo pelos preconceitos e discriminações que rondam o tema e podem ser obstáculo a um debate lúcido.

Uma questão sempre lembrada quando o assunto é a assistência social e políticas como o SUAS é a abordagem da escola liberal, também conhecida como liberalismo, e a dita escola

neoliberal. Essas correntes do pensamento político-econômico tendem a frisar a culpabilidade do indivíduo nas suas trajetórias de vida e a desconsiderar os impactos sociais sobre as pessoas na vida em sociedade. Tais escolas tendem a lidar com dificuldade com a desigualdade social e seus impactos ou em alguns casos naturalizá-las, o que dificulta a compreensão da pertinência de estruturação de políticas públicas como o SUAS. Não estamos afirmando que os indivíduos não tem margens ou brechas que podem ser exploradas e também, que um determinismo social impede escolhas individuais, nem o contrário. Apenas que existem fartas evidências históricas que problemas sociais como aqueles que são abordados pelos SUAS sempre existiram inclusive em países desenvolvidos e prósperos.

Assim, este sucinto Guia Conceitual foi pensado para auxiliar trabalhadores, gestores, políticos, educadores, usuários, beneficiários e também a sociedade em geral na compreensão e aperfeiçoamento do SUAS.

Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo

Luciano Marcos Curi

FICHA DESCRITIVA

Nome do Produto Educacional	Bases Conceituais para o SUAS
Tipo do Produto	Guia Conceitual
Bases conceituais	<ul style="list-style-type: none">• Pobreza;• Vulnerabilidade social;• Caridade;• Filantropia;• Assistência Social;• Educação Profissional;• Educação Permanente.

BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS

Guia Conceitual

Este sucinto Guia Conceitual foi pensado para auxiliar usuários, beneficiários, trabalhadores, gestores, políticos, educadores e sociedade em geral na compreensão e aperfeiçoamento do SUAS.

A lista de saberes e práticas necessárias à condução adequada de uma política pública como o SUAS não é pequena e nem simples, mas isso não impede, de num esforço educacional ser empreendido no sentido de elencar e sintetizar alguns conceitos e informações fundamentais que todos aqueles que lidam com o SUAS devem minimamente conhecer, inclusive, os beneficiários ou usuários desta política pública.

A ideia de elencar e sintetizar liga-se a necessidade de realização de atividades de formação, atualização e qualificação de todos aqueles que lidam com o SUAS. Tarefa difícil, mas necessária e que este sucinto guia pretende contribuir.

Assim, foram elencadas e sintetizadas algumas Bases Conceituais para o SUAS. São elas:

- 1) Trabalhadores do SUAS, assim como do SUS e da Educação Pública, precisam saber que prestam um serviço de altíssima importância social, mesmo que o reconhecimento social e a remuneração não sejam condignas;
- 2) Ao longo da história humana diversos formatos foram utilizadas para tentar amenizar, ou resolver, o problema da pobreza e da vulnerabilidade social e até o momento as políticas públicas foram as mais bem-sucedidas;
- 3) Precisamos realizar e acreditar nas pesquisas científicas como forma de enfrentamento dos problemas sociais da pobreza e da vulnerabilidade social, da mesma forma que acreditamos na ciência como saída para os problemas da área da saúde e educação. A sociedade necessita de pesquisas científicas para aperfeiçoamento constante das políticas públicas hoje vigentes e também para a fundamentação e criação de outras novas que o futuro exigir;
- 4) A caridade espontânea individual, social, institucional ou das empresas, tem impacto pouco expressivo e geralmente ocasional no enfrentamento de problemas crônicos como a pobreza e a vulnerabilidade social. Daí a necessidade de políticas públicas permanente nesta área;
- 5) A pobreza e a vulnerabilidade social são problemas crônicos, antigos e existentes em todas as épocas e sociedades. Por isso precisamos avançar socialmente e estruturar uma política pública permanente, justa e condigna para lidar com elas;

6) Julgamentos e apreciações morais sobre o eventual merecimento ou desmerecimento de determinados cidadãos, usuários ou beneficiários das políticas públicas como o SUAS, são improdutivos e desnecessários. A questão é como atuar social e coletivamente para minorar e amenizar problemas como pobreza e vulnerabilidades sociais, e não discutir eventuais merecimentos e desmerecimentos daqueles que se enquadraram no escopo desenhado para essas políticas públicas;

7) Diz um ditado popular muito conhecido que: “É melhor ensinar a pescar que dar o peixe”, ou então, “Se você der um peixe a alguém com fome, ele estará alimentado por algumas horas. Mas, se ensiná-lo a pescar, ele poderá se alimentar enquanto rios tiverem peixes”. Pois bem, esse ditado é verdadeiro, contudo, sua aplicação integral nem sempre é possível. Porque? Ocorre que uma pessoa faminta, em situação de precariedade, pode não estar em condições de aprender. Sem conhecer o peixe, seu valor e sabor, as pessoas podem morrerem antes de conseguirem aprender. É o mesmo que fazemos com os bebês, que nos primeiros anos de vida dependem integralmente dos pais, para que no futuro, possam desenvolverem-se produtivamente e socialmente. Um bebê entregue a própria sorte, pode falecer ou ter seu desenvolvimento definitivamente comprometido. Portanto, existem ocasiões que se a questão da fome, ou as vulnerabilidades sociais, não forem solucionadas não haverá condições adequadas de aprendizagem e nem futuro;

8) Viver em sociedades socialmente inseguras que não acolhem e auxiliam aqueles que se encontram em situações de dificuldades sociais, seja a pobreza ou as vulnerabilidades sociais, é uma situação injusta que agrava a civilidade e a coesão social e funciona como elemento significativo de desagregação social;

9) A exclusão, a marginalização, a discriminação, a indiferença e a insegurança não são tratamentos adequadamente para aqueles que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social;

10) A pobreza e a vulnerabilidade social são problemas complexos cuja minoração, amenização ou eventual solução, demandam esforços de todos: indivíduos, sociedade, instituições, famílias, empresas, Estado e sociedade, de forma a promover uma rede de proteção social;

11) Uma educação de qualidade resolve muitos problemas e previne outros tantos. Contudo, a educação é uma intervenção de médio e longo prazo. Certos problemas sociais lidam com o direito fundamental a vida e exigem ação imediata ou de curto prazo. Existem problemas sociais cuja intervenção não pode esperar, por isso a necessidade de políticas públicas de assistência social;

12) Algumas pessoas consideram a atitude de refletir sobre os problemas sociais uma prática não muito agravável, mas é preciso reconhecer que é algo extremamente necessário para atuarmos com presteza e precisão nos problemas atuais e até prevenirmos outros futuros;

13) As pessoas argumentam que “prevenir é melhor do que remediar”. Isso é correto. No entanto, é preciso lembrar que indivíduos, famílias, instituições, empresas, Estado e sociedade podem falhar nessas práticas preventivas e quando isso ocorre é preciso ter políticas públicas para remediar eventuais problemas já organizadas e providenciadas;

14) A sociedade e as pessoas devem lembrar que todos nós um dia podemos vir a enfrentar problemas oriundos da pobreza ou vulnerabilidade social. E se isso ocorrer como gostaríamos de sermos tratados? Essa é uma pergunta-chave. Empatia e proteção social são conceitos que precisamos praticar. Pensemos que por diferentes motivos poderemos precisar do SUAS e ele é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios ofertados para quem dele necessitar;

15) Algumas pessoas tem motivações morais, outras éticas, religiosas, políticas, econômicas ou sociais para se importarem com as demais pessoas e os problemas sociais da pobreza e da vulnerabilidade social. Nesta perspectiva, seja qual for a motivação, a sociedade precisa compreender que deve organizar políticas públicas através do Estado, fundadas em pesquisas científicas e estruturadas de modo isonômico, para atuar junto dos problemas sociais da pobreza e das vulnerabilidades sociais, a assistência social hoje é um direito do povo e um dever do Estado;

16) A assistência social através do SUAS é uma política pública que precisa ser ofertada de maneira profissional e pautada por critérios científicos. Um dos seus principais objetivos é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora de todos os cidadãos e cidadãs, inclusive, daqueles que estão em situações de risco ou vulnerabilidade social.

Carolina Cambraia Campos Rêgo

Luciano Marcos Curi

PARA SABER MAIS

RÊGO, Carolina Assis Cambraia Diniz Campos. **Educação permanente no SUAS**: um estudo de caso em Patos de Minas (MG). Dissertação de Mestrado (Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica – MPET) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba (MG), Uberaba, 2022.